



## ENTRE A AVENTURA E O RISCO: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE INSTRUTORES DE ESPORTE DE AVENTURA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**Jairo Antônio da Paixão**

Universidade Federal de Viçosa – Brasil

**Resumo:** O estudo analisa aspectos relacionados à atuação profissional dos instrutores de esporte de aventura tendo como referenciais três categorias de formação detectadas: formação em Educação Física, formação em outras áreas de nível superior e formação em nível médio da educação básica. Com base em um estudo descritivo exploratório e considerando as categorias de formação desses profissionais foi possível verificar discrepâncias em termos de procedimentos adotados pelos instrutores na condução de atividades ligadas ao esporte de aventura, o que pode colocar o aprendiz/praticante em situação de maior vulnerabilidade diante do risco. Subjacente a isso, percebe-se a necessidade de as instituições responsáveis caminharem no sentido da normatização da formação e atuação do instrutor de esporte de aventura no Estado de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** esporte de aventura; formação profissional; instrutores.

### INTRODUÇÃO

A denominação *esporte de aventura* encontra-se intimamente atrelada a sensações relacionadas ao risco, à aventura e às fortes emoções de maneira geral. Isso é comum tanto em praticantes como não praticantes, dada a força do imaginário que povoa essa vertente esportiva (COSTA, 2000; 2006).

Na prática das modalidades que compõem o esporte de aventura, seja no âmbito da competição, seja no do lazer, o praticante se coloca diante de riscos de diferentes proporções, como quedas, colisões, escoriações, fraturas, afogamentos, congelamentos e mesmo a morte (PAIXÃO, 2011). Essas situações dão a especificidade a essa modalidade esportiva nos diferentes ambientes naturais, são buscadas e, na medida do possível, previstas e controladas, visando assim ao êxito na finalização de uma vivência prática como um salto de *paragliding*, a chegada ao cume

de uma montanha ou ainda o retorno de um mergulho realizado em águas consideradas traiçoeiras.

A realidade mostra que em alguns casos apenas a utilização de equipamentos sofisticados não é suficiente para impedir um sério acidente. No entanto, quando a prática desse esporte se encontra aliada a procedimentos e estratégias advindos de conhecimentos relativos a dada modalidade, há uma tendência a minimizar acidente (PAIXÃO et al., 2010; PAIXÃO, 2011).

Dessa feita, o praticante deverá aliar uma série de saberes que incluem domínio da técnica, habilidades adequadas à modalidade que está realizando, conhecimento e emprego da tecnologia e de equipamentos, capacidade de decifrar informações referentes ao ambiente natural e, diante do imprevisto, capacidade de decidir e agir antecipadamente por meio de estratégias a serem utilizadas para superar o obstáculo e atingir seus fins. Esses conhecimentos deverão ser suficientes para assegurar-lhe não somente o prazer e a aventura, como também sua integridade física e emocional, além de contemplar aspectos relacionados à preservação do meio natural em que se desenrola dada modalidade.

Essas considerações fornecem elementos para se refletir acerca do tipo de instrução recebida pelos aprendizes e praticantes, como, por exemplo, se esses atores, na busca incessante por fortes emoções, e em condições arriscadas, o estão fazendo sob a segurança de um instrutor profissional competente, de forma a prever, controlar e minimizar os riscos a que podem vir a ser submetidos.

Na busca de pistas para responder a essas indagações, por meio de observações empíricas e da produção científica que aborda a referida temática, observa-se a inexistência no Brasil de formação oficial específica para o profissional que trabalha com o esporte de aventura, como ocorre, por exemplo, com os profissionais de Educação Física. Como afirma Costa (2000), geralmente esses profissionais se autoformam ou recebem um curso de mínima duração por meio de algumas confederações esportivas ou de associações internacionais certificadoras.

Esse fato se justifica, principalmente, pela atualidade do tema. Apesar de o esporte de aventura ser uma realidade em termos de prática física no cenário brasileiro, seja no âmbito do lazer, seja no da competição, percebe-se ainda que as discussões geradas não contemplam, em maior magnitude, questões e implicações que a temática demanda. Apesar de essa vertente esportiva configurar-se no Brasil num contexto inovador e promissor, infelizmente, como ressalta Marinho (2007), observa-se ainda um número reduzido de pesquisadores que buscam oportunizar conhecimentos qualitativos para a formação profissional capacitada e que contribuam efetivamente para o atendimento da demanda que surge na vertente aqui denominada esporte de aventura e risco calculado na natureza.

O quadro até aqui apresentado circunscreve o esporte de aventura como um campo de intervenção profissional inovador, instigante e repleto de possibilidades, mas ainda desprovido de um perfil do profissional que se encontra à frente na condução dessas atividades.

Ainda que sua formação e sua competência se apresentem de maneira difusa, se comparado com o *status* de que dispõem outras categorias profissionais, faz-se necessário pensar na dinâmica estabelecida entre os elementos que constituem o processo instrucional (PAIXÃO; TUCHER, 2010). Nessa dinâmica, vale destacar a preparação técnica, didática e pedagógica para a condução das atividades relacionadas a uma modalidade de esporte de aventura como um conteúdo a ser explorado, levando em conta sua especificidade, complexidade e possibilidades no decorrer do processo instrucional.

Nesse sentido, este estudo objetivou investigar a formação profissional de instrutores de esporte de aventura que atuam na condução de modalidades terrestres, aquáticas e aéreas no estado de Minas Gerais.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O presente estudo empregou os procedimentos metodológicos de uma pesquisa de natureza descritiva exploratória (DRAKE; MILLER, 1969; MALHOTRA, 2001); seu delineamento configura-se como uma pesquisa de levantamento de dados (BABBIE, 2001; GIL, 2008). Empregou-se como instrumento um questionário semiestruturado, validado por três especialistas na área; o processo de elaboração e validação ocorreu segundo a técnica Delphi (DUFFIELD, 1993; THOMAS; NELSON, 2007) e consistiu em quatro fases até a obtenção de consenso sobre as questões do instrumento pelos especialistas.

Após a realização de um levantamento das federações existentes no estado de Minas Gerais, buscou-se reunir informações sobre as empresas especializadas em esporte de aventura associadas a uma federação mineira da(s) modalidade(s) oferecida(s). Por meio de contatos telefônicos, *e-mails* e informações disponíveis nos sites delas, foi possível precisar dados sobre os instrutores a elas vinculados.

Constatou-se que a população de instrutores em empresas associadas a uma federação do estado de Minas Gerais constituía-se de 237 profissionais responsáveis pela condução de 19 modalidades de esporte de aventura. Essas empresas encontravam-se distribuídas por cidades de diferentes proporções, populações e dimensões geográficas, incluindo as interioranas, de médio e de grande portes.

Para definir o tamanho da amostra, empregaram-se dois valores. A probabilidade de sucesso foi fixada em 0,5 (com 50% de chance de sucesso e 50% de chance

de insucesso). Considerou-se também um intervalo de confiança de 5%, cuja intenção foi assegurar maior grau de precisão. Foi possível, então, calcular o tamanho da amostra por meio da seguinte fórmula<sup>1</sup>:

### **Equação 1**

$$n = \frac{n_0}{1 + (n_0 - 1)/N}$$

em que:  $n_0$  é dado por

### **Equação 2**

$$n_0 = \frac{z(k)^2}{4d^2}$$

$$n_0 = \frac{1,96^2}{4(0,05)^2} = \frac{3,8416}{0,01} = 384,16$$

Portanto, o tamanho da amostra foi:

$$n = \frac{384,16}{1 + (384,16 - 1)/237} = 147$$

Legenda: N = tamanho da população; n = tamanho da amostra; d = margem de erro; z (k) = grau de confiança desejado (utilizou-se o grau de confiança de 95% que é igual a  $p = 0,05$ )

A seleção dos instrutores para definição da amostra – 147 instrutores – foi realizada de forma probabilística, utilizando-se a técnica de amostragem estratificada simplificada (COSTA NETO, 2002). Trata-se de uma técnica que consiste em especificar quantos elementos de cada amostra serão considerados em cada estrato. Essa opção foi feita com o intuito de garantir a representatividade dos resultados obtidos.

Dessa forma, levando-se em conta as modalidades oferecidas pelas empresas como estratos e os instrutores como unidades diretas desses estratos, foi selecionada uma amostra dentro de cada empresa, proporcional ao tamanho de suas subpopulações.

Após a definição de um período de seis meses (janeiro a julho de 2010) para a coleta de dados, o grupo amostral fechou com um total de 109 instrutores responsáveis por diferentes modalidades de esporte. Em termos de nível de formação, foi possível detectar que 86 possuíam curso superior, dos quais 37 graduados em Edu-

---

<sup>1</sup> Esta fórmula, empregada para cálculo do tamanho da amostra para populações finitas, foi sugerida pelo Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

cação Física e 49 em diferentes áreas como Direito, Administração de Empresas, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Mecatrônica, Agronomia, Turismo, Fisioterapia, Ciências da Computação, Letras e Psicologia. Os demais, ou seja, 23 instrutores, tinham concluído o ensino médio referente à educação básica e atuavam profissionalmente no mercado informal, em instituições públicas, comércio e outros segmentos. Portanto, entre a amostra considerada neste estudo, foi possível distinguir três níveis de formação: nível médio, graduados em Educação Física e graduados em outras áreas de nível superior.

Em sua totalidade, os entrevistados atuantes como instrutores de esporte de aventura eram do sexo masculino, com média de idade de 31 anos  $\pm$  1,9. Pode-se interpretar que, embora haja adesão das mulheres à prática do esporte, elas não se apresentaram no papel de instrutoras na amostra analisada neste estudo. A média de tempo de atuação como instrutores é de 7,2 anos  $\pm$  3,9. Considerou-se o desvio padrão com significância  $< 0,05\%$ .

Os critérios de inclusão foram: instrutores vinculados a federações de modalidades de esporte de aventura trabalhadas e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os critérios de exclusão foram: instrutores que não se encontravam vinculados a uma ou mais federações de modalidades de esporte de aventura trabalhadas no estado de Minas Gerais e o não interesse em participar da investigação.

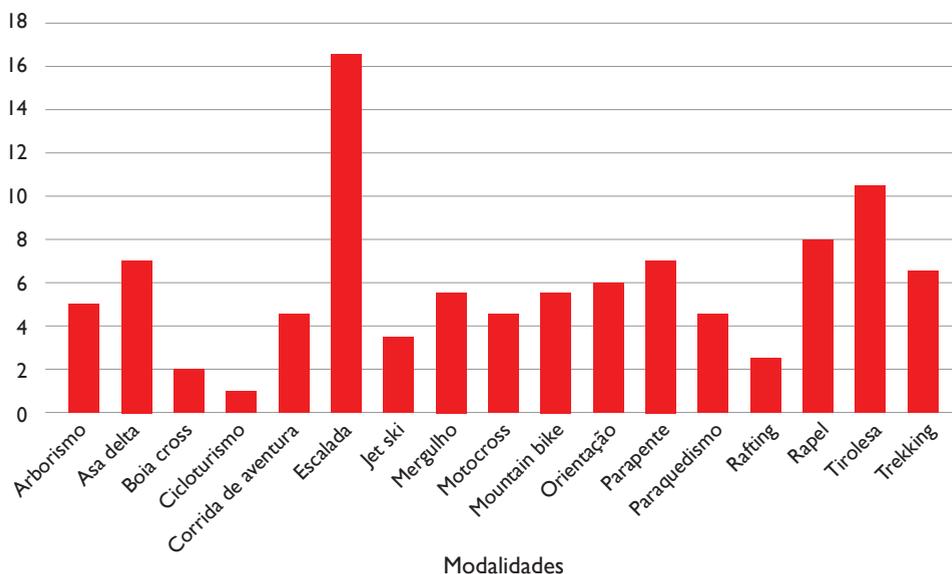
Com a finalidade de estabelecer uma análise comparativa de aspectos relacionados à atuação profissional dos instrutores de esporte de aventura, tendo como referencial os três níveis de formação detectados entre esses profissionais, consideraram-se apenas os resultados oriundos das alternativas marcadas pelos sujeitos como aquelas principais. De acordo com a escala de intensidade tipo Likert de 3 pontos (FEHRING, 1987) empregada no instrumento de coleta, o sujeito atribuía o número 1 para a mais importante, segundo sua percepção acerca de uma questão. As análises estatísticas foram realizadas por meio de estatística descritiva.

## **RESULTADOS**

Como pode ser observado no Gráfico 1, os instrutores atuam na condução de diferentes modalidades de esporte de aventura praticadas nos espaços naturais aéreo, terrestre e aquático no estado de Minas Gerais. Verificou-se que eles se inserem em mais de uma modalidade de esporte de aventura.

### Gráfico I

Modalidades de esporte de aventura em que atuam como instrutores no estado de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela I são apresentados motivos que contribuiriam para a atuação como instrutor de esporte de aventura pelos entrevistados. Entre os principais destacam-se, de forma comum às três categorias de formação, o fato de se tratar de uma atividade físico-esportiva que eles já praticavam previamente e a natureza como cenário para o exercício das modalidades.

### Tabela I

Principais motivos que contribuiriam para a atuação como instrutor de esporte de aventura

Variáveis consideradas	Categorias de formação %		
	1	2	3
Por se tratar de atividade físico-esportiva que eu já praticava.	22,3	21,8	17,4
A clientela é um público descontraído e simpático.	–	6,8	19,4
Pela oportunidade de atuar numa área nova e promissora.	5,7	10,2	17,6
É uma área profissional que tem a natureza como cenário.	19,8	12,5	7,9
Um tipo de profissão que impõe constantemente desafios.	13,2	16,9	–

(continua)

**Tabela 1**  
Principais motivos que contribuíram para a atuação como instrutor de esporte de aventura (continuação)

Variáveis consideradas	Categorias de formação %		
	1	2	3
Gosto de conviver com situações de risco.	8,3	11,9	–
Pela ausência de estresse nessa área de atuação profissional.	6,5	7,2	5,3
Sempre gostei de viajar e conhecer novos lugares.	8,1	7,4	11,9
Sempre fui apaixonado pela natureza.	16,1	–	7,7
Pelo fato de residir próximo a uma área natural.	–	5,3	4,9
Pelo status e prestígio que essa profissão me proporciona.	–	–	7,9
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

1 = Nível médio; 2 = Graduados em Educação Física; 3 = Graduados em outras áreas de nível superior.

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Na Tabela 2 são apresentados, na percepção dos instrutores, os possíveis impactos ambientais causados pela prática de esporte de aventura no meio natural. Ao se considerarem as categorias de formação, têm-se aqui resultados que chamam a atenção, como, por exemplo, o fato de que os instrutores de nível médio ou percebem impacto negativo (41,7%) ou ainda nenhum tipo de impacto sobre o meio natural (44%). Essa mesma variável na visão dos instrutores com formação em nível superior não apresenta discrepâncias acentuadas.

**Tabela 2**  
Possíveis impactos ambientais causados pela prática de esporte de aventura no meio natural

Variáveis consideradas	Categoria de formação %		
	1	2	3
Impacto positivo	41,7	23,4	19,8
Impacto negativo	6,2	19,7	13,7
Pode exercer impacto positivo e negativo	8,1	45,3	37,9
Não exerce nenhum tipo de impacto	44,0	11,6	28,6
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

1 = Nível médio; 2 = Graduados em Educação Física; 3 = Graduados em outras áreas de nível superior.

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Na Tabela 3 são apresentados procedimentos a serem adotados pelos praticantes/aprendizes visando à sua segurança e integridade física, na percepção dos instrutores. Dos resultados obtidos destacam-se, de forma comum às três categorias de formação, a importância atribuída ao domínio da técnica de uma modalidade, o conhecimento acerca dos equipamentos específicos e sua checagem prévia antes da prática, bem como a consideração do risco como fator comum à prática de esporte de aventura. No entanto, no que se refere à consideração das condições climáticas e à importância do condicionamento físico específico demandado por determinadas modalidades, observa-se acentuada discrepância entre a percepção dos instrutores com formação de nível médio e os demais instrutores com curso superior.

**Tabela 3**

**Procedimentos a serem adotados pelos praticantes/aprendizes visando à sua segurança e integridade física, na percepção dos instrutores**

Variáveis consideradas	Categorias de formação %		
	1	2	3
Domínio da técnica de uma modalidade em questão.	30,2	25,1	28,3
Conhecimento acerca dos equipamentos empregados na prática.	28,7	21,3	19,2
Consideração do risco como uma constante no esporte de aventura.	21,2	14,7	15,9
Checagem prévia dos equipamentos antes da prática.	16,6	14,3	13,1
Consideração das condições climáticas e meteorológicas.	6,3	12,9	13,4
Condicionamento físico motor exigido por uma modalidade.	–	11,7	10,1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

1 = Nível médio; 2 = Graduados em Educação Física; 3 = Graduados em outras áreas de nível superior.

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

## DISCUSSÃO

Dentre as modalidades trabalhadas, a escalada aparece como a mais trabalhada no estado de Minas Gerais. Esse fato se explica pela geografia da região, que oferece aos praticantes um conjunto de montanhas e relevos com altitudes diversificadas, que favorecem não somente a referida modalidade, como ainda a prática de outras, como tirolesa, rapel e asa delta.

Trata-se de uma atividade profissional que se realiza em sua grande maioria na informalidade, de forma esporádica em certos períodos do ano, como feriados

prolongados, férias, verão, sem vínculo empregatício oficializado e, muitas vezes, não desfruta de reconhecimento oficial como profissão, salvo entre determinadas instituições esportivas. Vê-se, com isso, dificultada a vinculação empregatícia do instrutor a uma empresa, bem como uma atuação voltada exclusivamente para o esporte de aventura como nos foi relatado pelos entrevistados.

A diferenciação existente em termos de níveis e áreas de formação dos instrutores atuantes permite afirmar que a condução das atividades ligadas ao esporte de aventura no Brasil, como campo de intervenção profissional, não apresenta uma uniformidade em termos de regulamentação. Em outras palavras, trata-se de um campo em que, até o presente momento, não há exigência de formação específica, seja em nível de formação profissionalizante, seja em nível de formação superior, para a atuação profissional do instrutor.

Comumente, em termos de exigências para que o indivíduo possa habilitar-se ao exercício profissional como instrutor de determinada modalidade, nota-se a ênfase em certificados de cursos técnicos, que, na maioria das vezes, são de curta duração, emitidos por confederações e associações da respectiva modalidade. Trata-se de uma situação, como afirma Costa (2006), em que, ainda, não ocorreu uma profissionalização do instrutor de esporte de aventura no Brasil.

Entre os principais motivos que contribuíram para a escolha e atuação como instrutores de esporte de aventura, não se perceberam variações significativas entre as categorias de formação. Confirma-se a relação existente entre a escolha e atuação profissional como instrutor e a vivência anterior em modalidades de esporte de aventura como praticante de uma ou mais modalidades por esses sujeitos. Os resultados evidenciam ainda que as características específicas dessa vertente esportiva influenciaram positivamente a escolha profissional, como a natureza, o risco e as fortes emoções propiciadas pela prática.

No que se refere aos possíveis impactos ambientais que a prática de esporte de aventura poderia causar no meio natural, chamou a atenção a percepção dos instrutores com formação em nível médio. Trata-se de uma situação que sugere a necessidade de um olhar mais atento e crítico por todos, principalmente pelas empresas especializadas no oferecimento desse tipo de serviço, nas formas em que são realizadas as interações entre o homem e os diferentes meios naturais no momento da prática de uma modalidade, bem como nas organizações de eventos competitivos e de lazer na natureza. Tendo em vista a não regulamentação da profissão de instrutor de esporte de aventura no Brasil – fato que incide diretamente sobre o tipo de formação e as competências mínimas exigidas para a atuação como instrutor –, a conscientização desse profissional com relação ao aspecto preservacional do meio natural se faz relevante e merece atenção constante.

Se, por um lado, pode-se lançar um olhar positivo em relação a essa interação do homem com a natureza por meio da prática do esporte de aventura, por outro, esse processo merece atenção, pois o crescente surgimento de modalidades esportivas que utilizam o meio natural para a sua prática, associado ao aumento do número de adeptos, resulta em uma exploração ainda maior dos fatores ambientais envolvidos no desenvolvimento dessas atividades (VIEIRA, 2004; PAIXÃO; COSTA; GABRIEL, 2009). Geralmente, quando a natureza é percebida como um mero cenário para a prática esportiva, o conhecimento e a proteção ambiental, num primeiro momento, tornam-se irrelevantes (MARINHO, 2007).

Quando os procedimentos a serem adotados pelo aprendiz no processo instrucional de determinada modalidade visando à sua segurança e integridade física foram considerados, os informantes pertencentes às três categorias de formação não apresentaram maiores discrepâncias entre os resultados obtidos. Destacaram-se, em uma frequência semelhante de respostas: o domínio da técnica de uma modalidade; o conhecimento acerca dos equipamentos empregados na prática e sua correta manipulação; a consideração do risco como uma constante na prática do esporte de aventura; e o emprego da tecnologia disponível para a prática. Esse fato sugere que, apesar da inexistência de uma normatização da formação dos sujeitos para atuação como instrutor de esporte de aventura, os respectivos conhecimentos são compartilhados de alguma forma entre eles. Podem-se incluir aqui os cursos de formação continuada e de atualização oferecidos em congressos e eventos na área, outros cursos e mesmo a troca de experiência entre colegas atuantes.

Quanto à adoção ou não de formas complementares de preparação física pelos instrutores pertencentes aos três níveis de formação, dentre as ressaltadas, como trabalho de força, resistência aeróbica, flexibilidade e força muscular localizada, verificou-se que aqueles com formação em Educação Física as contemplam ou mesmo recomendam aos aprendizes como parte integrante do decorrer do processo instrucional. Uma parcela significativa dos instrutores com formação em outras áreas do ensino superior e dos que possuem formação em ensino médio da educação básica não costuma considerar nenhuma forma complementar de preparação física junto aos seus aprendizes. Dificilmente um iniciante se apresentaria com um nível de condicionamento físico específico adequado para a prática de dada modalidade de esporte de aventura como, por exemplo, para longas caminhadas numa região de terreno acidentado, assim como um praticante experiente sobreviveria a um ambiente de relevo extremamente adverso e/ ou de baixas temperaturas sem contar com a adaptação do organismo, com uma competente equipe de apoio, bem como de equipamentos de segurança adequados àquela prática corporal na natureza.

Ao se considerar a relevância de procedimentos a serem adotados visando ao desenvolvimento e à facilitação das adaptações biológicas, qualidades físicas, estados psíquicos e habilidades motoras específicas que demandam dada modalidade esportiva convencional (WILMORE; COSTILL, 2010), entende-se que, nas modalidades de esporte de aventura, eles adquirem maior magnitude e complexidade. Tudo isso decorre das características intrínsecas ligadas a essas práticas corporais, como o risco, a vertigem, o contato homem-natureza em diferentes ambientes naturais (água, ar e terra, incluindo neste último desertos, montanhas e floresta), que, por sua vez, demandam formas específicas de condicionamento, habilidades e capacidades que o praticante precisa desenvolver.

Entre os aspectos (trabalho aeróbico, força, adaptação motora, climática, manipulação de equipamentos, entre outros) que merecem atenção no decorrer do processo instrucional para a prática do esporte de aventura, o instrutor precisa atentar-se para as especificidades apresentadas por cada modalidade. Dependendo da que for praticada, por exemplo, um grupamento muscular poderá ser mais solicitado que outros a partir de um tipo de contração muscular (isotônica e isométrica); têm-se também as influências da altitude e a intensidade predominante de sua prática.

Vale ressaltar que, ainda que a perspectiva não competitiva demande intensidade menor no trabalho desses aspectos, em nada diminui a sua relevância no processo instrucional. Isso porque outros aspectos se destacarão, como a técnica, a manipulação correta dos equipamentos específicos para dada modalidade, a conscientização sobre o meio natural e os procedimentos voltados ao controle do risco e aumento das emoções que essas práticas físicas possam proporcionar.

Esses e outros aspectos que integram a dimensão físico-motora, aliados às mais diversas situações impostas pelo ambiente externo que também podem modificar a percepção de conduta físico-motora do indivíduo, devem ser considerados pelos profissionais que conduzem práticas ligadas ao esporte de aventura, a fim de orientar os praticantes das diferentes modalidades no decorrer do processo instrucional. Em se tratando do estado de Minas Gerais, a modalidade de escalada/montanhismo é a mais praticada, devido ao relevo geográfico da região, e solicita sobremaneira a força localizada, principalmente nos membros superiores. Disso decorre maior atenção por parte dos instrutores no intuito de oferecer uma formação mais completa aos futuros praticantes dessa e de outras modalidades no estado.

Os diferentes tipos de esporte de aventura, nos variados ambientes naturais, possuem especificidades e características independentes, e pode resultar daí que os instrutores acabem por desenvolver determinadas competências para a sua condu-

ção, à medida que elas se tornem necessárias, seja de forma intuitiva, seja por vivência prática como praticante ou ex-praticante, seja por cursos de curta duração na área específica. Isso confirma a ideia de que os indivíduos, nesta contemporaneidade, envolvidos profissionalmente com o esporte de aventura no Brasil, ainda não dispõem de uma identidade de atuação, fato que poderá implicar diretamente a qualidade dos serviços prestados nessa vertente esportiva no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise e interpretação dos resultados alcançados nesta investigação e considerando as suas limitações metodológicas, é possível afirmar que entre os principais motivos que contribuem para a adesão do indivíduo como instrutor de esporte de aventura, bem como a sua permanência nesse segmento profissional, encontra-se primeiramente a sua experiência prática em diferentes modalidades na condição de praticante. Essa situação confirma a especificidade dessa vertente esportiva se comparada às modalidades de esporte tradicional. Somado a isso, tem-se a natureza como *locus* privilegiado no qual se efetivam as práticas, o risco, as fortes emoções e a oportunidade de manter-se próximo do ambiente de prática: o esporte de aventura, seja como praticante, seja como ex-praticante, seja principalmente como instrutor.

Quanto aos níveis de formação dos profissionais, observados neste estudo, verificou-se que a categoria em que se inserem os instrutores de esporte de aventura não apresentou maiores variações no que se refere às ações e aos procedimentos que demandavam o saber da experiência prática, como técnica, manuseio de equipamentos e certos procedimentos voltados a minimizar o risco na prática de determinada modalidade. No entanto, devido às limitações no âmbito instrucional, bem como à formação em áreas distantes daquelas ligadas ao trato das diferentes manifestações do movimento humano, como o esporte, percebidas entre os instrutores com formação em nível médio e em outras áreas em nível superior, foram observadas, em alguns momentos, dificuldades por parte desses profissionais em articular os saberes com as ações adotadas no decorrer do processo instrucional. Como exemplo, tem-se a percepção da importância de se adotarem formas complementares de preparação física para os aprendizes ao longo do processo instrucional e de prática dos esportes de aventura.

Ainda que a categoria dos instrutores de esporte de aventura no Brasil se apresente a partir de indivíduos com formações diversificadas e na maioria das vezes em áreas que se distanciam do âmbito desportivo em termos de ensino-aprendizagem, verificou-se que esses profissionais mobilizam os saberes necessários à atuação do

instrutor de esporte de aventura de formas variadas. Essa aquisição se dá por meio de congressos, curso de curta duração na área específica, bem como pelo compartilhamento de informações entre amigos de profissão.

Portanto, é desejável e aconselhável que as entidades, confederações e federações caminhem para normatizar a formação e atuação do instrutor de esporte de aventura, visando não somente a uma padronização, como também ao atendimento pleno daqueles que venham a se interessar em aprender uma ou mais modalidades dessa vertente esportiva no Brasil.

Como recomendação final, ressalta-se a necessidade de realização de novos estudos dessa natureza, envolvendo outros aspectos ligados à atuação do instrutor de esporte de aventura em outros locais de prática, com características diferentes das apresentadas neste estudo.

Por fim, ao se considerar a natureza da atuação profissional nos esportes de aventura, sua especificidade, atribuições e habilidades necessárias ao profissional, sugere-se a realização de estudos que busquem propostas metodológicas para o trabalho com as modalidades de esporte de aventura nos diferentes ambientes naturais, como terra, ar e água.

## **BETWEEN ADVENTURE AND RISK: TRAINING AND PROFESSIONAL PERFORMANCE OF RADICAL SPORT INSTRUCTORS IN THE STATE OF MINAS GERAIS**

**Abstract:** Aspects related to the performance of professional radical sport instructors are herein analyzed regarding three detected educational levels: those who graduated in Physical Education, those whose diplomas are in other fields, and those who are high school graduates. By exploring available literature and considering the educational levels of these professionals, it was possible to verify discrepancies regarding the procedures adopted by these instructors in conducting the activities that constitute radical sports, sometimes creating situations vulnerable to risk. In connection with this, there is a need for the institutions responsible for these sports to standardize the requirements for the education and performance of radical sport instructors in the state of Minas Gerais.

**Keywords:** adventure sport; professional formation; instructors.

## REFERÊNCIAS

- BABBIE, E. R. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco calculado na montanha: um mergulho no imaginário**. Barueri: Manole, 2000.
- COSTA, V. L. M. **Prática de atividades de aventura no Brasil**. Vila Real, Portugal: Universidade de Trás-os-Montes, 2006. Palestra proferida na aula inaugural do Programa de Doutorado em Ciências do Desporto.
- COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.
- DRAKE, J. E.; MILLER, F. J. **Marketing research: intelligence and management**. Stranton Pa: International Textbooks, 1969.
- DUFFIELD, C. The Delphi Technique: a comparison of results obtained using two expert panels. **Luft. J. Nursing Study**, v. 2, n. 30, p. 277-289, 1993.
- FEHRING, R. J. Methods to validate nursing diagnoses. **Heart Lung**, v. 16, n. 6, p. 625-629, 1987.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARINHO, A. Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos. In: ALMEIDA, A. P. C.; COSTA, L. P. (Org.). **Meio ambiente, esporte, lazer & turismo**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2007. p. 311-319.
- PAIXÃO, J. A. Voo livre: práticas aventureiras e condutas de risco por entre as montanhas de Minas. **Revista Licere**, v. 14, n. 2, p. 1-17, 2011.
- PAIXÃO, J. A.; COSTA, V. L. M.; GABRIEL, R. E. C. D.; KOWALSKI, M. Práticas aventureiras e situações de risco no voo livre: uma análise a partir do conceito de redoma sensorial. **Revista Motriz**, v. 16, n. 3, p. 672-581, jul./set. 2010.
- PAIXÃO, J. A.; TUCHER, G. Risco e aventura por entre as montanhas de Minas: a formação do profissional de esporte de aventura. **Revista Pensar a Prática**, v. 13, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2010.
- PAIXÃO, J. A.; COSTA, V. L. M.; GABRIEL, R. E. C. D. Esporte de aventura e ambiente natural: dimensão preservacional na sociedade de consumo. **Revista Motriz**, v. 15, n. 2, p. 367-373, abr./jun. 2009.
- THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VIEIRA, V. **Desenvolvimento de um instrumento de identificação de impactos ambientais em práticas esportivas na natureza (Impacto-Ambes)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Motricidade Humana)–Programa de Pós-Graduação em Ciência da Motricidade Humana, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

WILMORE, J. H.; COSTILL D. L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. 4. ed. Barueri: Manole, 2010.

**Contato**

Jairo Antônio da Paixão  
E-mail: jairopaixao2004@yahoo.com.br

**Tramitação**

Recebido em 8 de janeiro de 2013  
Aceito em 16 de março de 2015